

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Citibank N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Citibank N.A. - Filial Brasileira apresentou um lucro líquido de R\$ 268.659 (2017 - R\$ 285.718) o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 10,30% (2017 - 9,92%). Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,85% (2017 - R\$ 15,94%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2018 a Entidade distribuiu e pagou juros sobre o capital próprio e dividendos no valor de

R\$ 477.312, sendo R\$ 172.000 de lucros do exercício e R\$ 305.312 de reservas de lucros (2017 - R\$ 67.858 distribuição de dividendos pagos em fevereiro de 2018).

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citi no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro

de 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 18 de março de 2019.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil. Como parte deste acordo, o Citibank N.A. vendeu parte de sua participação societária na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (3,22%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

São Paulo, 18 de março de 2019.

Marcelo Marangon - Representante Legal

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
A T I V O			
Circulante		6.294.569	5.336.955
Disponibilidades	4	24.206	1.371
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.888.674	3.098.700
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.888.674	3.084.873
Aplicações em moedas estrangeiras		-	13.827
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.171.985	851.965
Carteira própria	6	164.492	145.275
Instrumentos financeiros derivativos	7	78.817	54.863
Vinculados ao Banco Central	6	349.159	-
Vinculados a prestação de garantias	6	615.604	651.827
Relações interfinanceiras		1.103.230	1.252.924
Correspondentes no país	25.b	1.103.230	1.252.924
Operações de crédito		8	70.350
Operações de crédito - Setor privado		52.846	70.372
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(24)	(22)
Outros créditos		53.510	61.378
Rendas a receber		10.834	9.233
Crédito tributário	9	2.456	51.236
Diversos	10	40.220	619
Outros valores e bens		118	267
Despesas antecipadas		118	267
Não circulante		690.345	413.153
Realizável a longo prazo		661.478	383.917
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		239.742	7.046
Instrumentos financeiros derivativos	7	9.050	7.046
Vinculados à prestação de garantias	6	230.692	-
Outros créditos		421.736	376.871
Crédito tributário	9	115.202	78.817
Diversos	10	306.534	298.054
Permanente		28.867	29.236
Investimentos	11	250	619
Outros investimentos		250	619
Imóveis de uso		12	28.617
Imóveis de uso		66.196	66.196
Gastos de organização e expansão		52.427	52.427
Outras imobilizações de uso		14.768	14.768
(Depreciações acumuladas)		(52.347)	(104.774)
Intangível		13	-
Ativos intangíveis		-	4.472
(Amortizações acumuladas)		-	(4.472)
Total do ativo		6.984.914	5.750.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.258.549	-	123.148	1.100.029	-	(39)	-	2.481.687
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	18.f	-	-	-	-	-	(832)	-	(832)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	24	-	-	-	-	-	(2.134)	-	(2.134)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	285.718	285.718
Destinações:									
Reservas	18.b, c, d	-	-	14.285	21.087	182.488	-	(217.860)	(67.858)
Juros sobre capital próprio	18.e	-	-	-	-	-	-	(67.858)	(67.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.258.549	-	137.433	1.121.116	182.488	(3.005)	-	2.696.581
Aumento de capital	18.a	-	232.050	-	-	-	-	232.050	232.050
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	18.f	-	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	24	-	-	-	-	-	(4.750)	-	(4.750)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	268.659	268.659
Destinações:									
Reservas	18.b, c, d	-	-	13.433	83.226	(182.488)	-	(96.659)	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio	18.e	-	109.650	-	(122.824)	-	-	(172.000)	(367.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.258.549	341.700	150.866	1.081.518	182.488	(7.793)	-	2.824.840
Saldos em 30 de junho de 2018		1.258.549	-	141.356	1.095.292	-	(3.079)	74.537	2.566.655
Aumento de capital	18.a	-	232.050	-	-	-	-	232.050	232.050
Ajustes de avaliação patrimonial - Líquido de impostos	18.f	-	-	-	-	-	36	-	36
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	24	-	-	-	-	-	(4.750)	-	(4.750)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	190.199	190.199
Destinações:									
Reservas	18.b, c, d	-	-	9.510	83.226	-	-	(92.736)	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio	18.e	-	109.650	-	(97.000)	-	-	(172.000)	(159.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.258.549	341.700	150.866	1.081.518	182.488	(7.793)	-	2.824.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade") é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos setores de serviços financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos bancos comerciais, inclusive as de câmbio.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil. Como parte deste acordo, o Citibank N.A. vendeu parte de sua participação societária na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (3,22%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.495 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 18 de março de 2019.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068 de 2001, atendendo às seguintes critérios de contabilização:
i. **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
iii. **Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.
O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), seguindo as premissas da Circular BACEN nº 3.082 de 2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito
Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas e apuradas em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:
• A classificação das operações, com empresas do segmento *Corporate*, é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.
A Entidade constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN.
As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating H*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.
As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

h) Permanente
i. Investimentos
Os investimentos são avaliados pelo método de custo.
ii. Imobilizado
Até dezembro de 2016, o imobilizado era registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.
A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que

	Nota	2018	2017
P A S S I V O		6.984.914	5.750.108
Circulante		4.132.928	2.998.840
Relações interdependências		1.199	382
Recursos em trânsito de terceiros		1.199	382
Instrumentos financeiros derivativos		7	233.481
Instrumentos financeiros derivativos	7	233.481	4.244
Obrigações por repasses do exterior		2.715.443	1.561.727
Repasses do exterior	14	2.715.443	1.561.727
Outras obrigações		1.182.805	1.432.487
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		59	53
Sociais e estatutárias		-	67.858
Fiscais e previdenciárias	15	1.009	69.318
Diversas	16	1.181.737	1.295.258
Não circulante		27.146	54.687
Instrumentos financeiros derivativos		7	797
Instrumentos financeiros derivativos	7	797	2.919
Outras obrigações		24.964	50.892
Fiscais e previdenciárias	15	6	-
Diversas	16	24.958	50.892
Resultados de exercícios futuros		1.385	876
Resultados de exercícios futuros		1.385	876
Patrimônio líquido		18	2.824.840
Capital social		6.002.249	1.258.549
Reserva de lucros		1.232.384	1.441.037
Ajustes de avaliação patrimonial		(7.793)	(3.005)
Total do passivo		6.984.914	5.750.108

compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

j) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)
O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, o que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:
• Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
• Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

k) Obrigações por repasses do exterior
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Banco Central.

i. Ativos e passivos contingentes
Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.
Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas e na Demonstração de Resultados.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.
As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário atinja a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:
As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.
As ações civis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação.
Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:
No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. Referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da possibilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma avaliação sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as provisões serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.
Para as ações consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.
As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.
As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.
As ações civis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

l) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro, de acordo com a Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.
O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.
Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/2015, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20%



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Table showing 'Exposição no balanço patrimonial' with columns for 'Ativo' and 'Passivo' and rows for 'Negociação', 'Derivativos cambiais', 'Contratos de NDF', 'Contratos de swaps', and 'Total'.

Table showing 'Vencimento' with columns for 'Até 3 meses', 'De 3 a 12 meses', and 'Acima de 1 ano' and rows for 'Negociação', 'Derivativos cambiais', 'Contratos de NDF', 'Contratos de swaps', and 'Total'.

Table showing 'Vencimento' with columns for 'Até 3 meses', 'De 3 a 12 meses', and 'Acima de 1 ano' and rows for 'Negociação', 'Derivativos cambiais', 'Contratos de NDF', 'Contratos de swaps', and 'Total'.

Table showing 'Exposição no balanço patrimonial' with columns for 'Ativo' and 'Passivo' and rows for 'Contratos de NDF', 'Pessoas jurídicas', 'Contratos de swaps', 'Outras entidades', and 'Total'.

Table showing 'Exposição no balanço patrimonial' with columns for 'Ativo' and 'Passivo' and rows for 'Contratos de NDF', 'Pessoas jurídicas', 'Contratos de swaps', 'Outras entidades', and 'Total'.

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na B3 S.A., Brasil, Bolsa, Balcão montam R\$ 4.344.959 (2017 - R\$ 1.905.526).

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

Table showing 'Carteira de crédito' with columns for '2º Semestre 2018', '2018', and 'Exercícios 2017' and rows for 'Contratos Swap', 'NDF', and 'Total'.

a) Composição da carteira de crédito por produto

Table showing 'Operações de crédito' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Financiamentos', 'Total de operações de crédito', and 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa'.

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Table showing 'Nível de risco' with columns for 'Comércio', 'Indústria', 'Pessoas físicas', and 'Total' and rows for 'AA', 'A', and 'Total'.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Table showing 'Nível de risco' with columns for 'Curso normal', 'Total da carteira', and 'Nível de provisão' and rows for 'AA', 'A', and 'Total'.

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

Table showing 'Nível de risco' with columns for 'Curso normal', 'Total da carteira', and 'Nível de provisão' and rows for 'AA', 'A', and 'Total'.

e) Composição da carteira de crédito por concentração

Table showing 'Nível de risco' with columns for 'Curso normal', 'Total da carteira', and 'Nível de provisão' and rows for 'AA', 'A', and 'Total'.

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Table showing 'Crédito com características de concessão de crédito' with columns for '2º Semestre 2018', '2018', and 'Exercícios 2017' and rows for 'Saldo inicial', 'Constituições líquidas de reversões', and 'Saldo final'.

g) Composição do resultado de operações de crédito

Table showing 'Financiamentos' with columns for '2º Semestre 2018', '2018', and 'Exercícios 2017' and rows for 'Recuperação de créditos baixados como prejuízo' and 'Total'.

9 Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Table showing 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa' with columns for '31/12/2017', 'Constituição', 'Realização', and '31/12/2018' and rows for 'Fiscais e cíveis', 'Provisão para gratificação', and 'Total'.

Table showing 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa' with columns for '31/12/2016', 'Constituição', 'Realização', and '31/12/2017' and rows for 'Fiscais e cíveis', 'Provisão para gratificação', and 'Total'.

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

Table showing 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa' with columns for '31/12/2017', 'Constituição', 'Realização', and '31/12/2018' and rows for 'Fiscais e cíveis', 'Provisão para gratificação', and 'Total'.

Table showing 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa' with columns for '31/12/2016', 'Constituição', 'Realização', and '31/12/2017' and rows for 'Fiscais e cíveis', 'Provisão para gratificação', and 'Total'.

c) Realização de crédito tributário de contribuição social

Table showing 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa' with columns for '1 ano', '2 anos', '3 anos', '4 anos ou mais', and '5 anos' and rows for 'Fiscais e cíveis', 'Provisão para gratificação', and 'Total'.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Table showing 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa' with columns for '1 ano', '2 anos', '3 anos', '4 anos', and '5 anos' and rows for 'Fiscais e cíveis', 'Provisão para gratificação', and 'Total'.

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 88.788 (2017 - R\$ 109.057) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos sejam tributados somente na liquidação e por isso é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

10 Outros créditos - Diversos

Table showing 'Devedores por depósitos em garantia' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Impostos e contribuições a compensar', 'Adiantamentos e antecipações', and 'Diversos'.

11 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 os investimentos eram compostos, basicamente, por obras de arte no valor de R\$ 250 (2017 - R\$ 250). Em 09 de março de 2018, a Entidade vendeu o restante de suas ações na Tecnologia Bancária S.A. para a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 369 pelo valor de R\$ 4.646.

Em 26 de dezembro de 2017, a Entidade vendeu parte de suas ações na Tecnologia Bancária S.A. para o Itaú Unibanco no montante de R\$ 918 pelo valor de R\$ 12.500.

12 Imobilizado de uso

Table showing 'Terrenos', 'Edificações', 'Instalações, móveis e equipamentos de uso', 'Sistemas de processamento de dados', 'Sistemas de comunicação - Equipamentos', and 'Sistemas de segurança' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Custo', 'Depreciação acumulada', and 'Valor residual'.

13 Intangível

Table showing 'Desenvolvimento de software' with columns for '2017' and '2018' and rows for 'Custo', 'Amortização acumulada', and 'Valor residual'.

Não existem registros de ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018.

14 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas a variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 2,53% a 2,66% ao ano (2017 - de 1,41% a 1,52% ao ano).

Table showing 'Repasses do exterior' with columns for 'Até 3 meses', 'De 3 a 12 meses', and 'Total' and rows for 'Vinculados a repasses a mutuários', 'Vinculados a títulos federais', and 'Total'.

15 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Table showing 'Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro' with columns for 'Circulante', 'Não circulante', and 'Total' and rows for 'Impostos e contribuições a recolher' and 'Total'.

Em virtude da extinção da majoração de alíquota da CSLL, em 2018 esta Entidade não registrou crédito tributário adicional (2017 - R\$ 9.653). A referida majoração de alíquota não incrementou o valor da CSLL a recolher neste exercício (2017 - R\$ 12.399).

16 Outras obrigações - Diversas

Table showing 'Provisão para passivos contingentes (nota 17)' with columns for 'Circulante', 'Não circulante', and 'Total' and rows for 'Credores diversos - Banco mandatário (1)', 'Provisão de plano médico - Benefício pós-emprego (2)', and 'Diversas'.

(1) Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

(2) Refere-se ao déficit do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada.

(3) Refere-se substancialmente a valores de provisão referentes ao CAP e bônus.

17 Passivos contingentes e obrigações legais

Table showing 'Saldo patrimonial dos passivos contingentes por natureza' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Circulante', 'Não circulante', and 'Total'.

Provisão para riscos fiscais

Provisão para contingências - Trabalhistas

Provisão para contingências - Cíveis

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituído provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

• Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 31.406 (2017 - R\$ 30.593): trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal (Lei nº 11.941/2009). Em dezembro de 2018 a Entidade protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente.

• Cível - Ação indenizatória - R\$ 11.473 (2017 - R\$ 10.995): trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de segunda instância favorável à Entidade.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos por não incidirem sobre processos cíveis no montante de R\$ 87.211 (2017 - R\$ 78.398) de processos fiscais no montante de R\$ 159.896 (2017 - R\$ 152.852) compostas basicamente pelos seguintes casos:

• PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 77.229 (2017 - R\$ 74.894): trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de segunda instância administrativa.

• ISS Atividade Bancária - R\$ 79.518 (2017 - R\$ 74.899): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguardam-se decisões judiciais sobre o tema.

b) Movimentação das contingências

Table showing 'Saldo em 31/12/2017', 'Constituição', 'Reversão', 'Utilização', 'Atualização', 'Cisão', and 'Saldo em 31/12/2018' and rows for 'Fiscais', 'Trabalhistas', 'Cíveis', and 'Total'.

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social representa o investimento da matriz, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Em 14 de janeiro de 2019 o Bacen aprovou o aumento de capital de R\$ 1.258.549 para R\$ 1.600.249, sem a emissão de novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 06 de novembro de 2018, o Citibank N.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 109.650 relacionado ao pagamento de juros e aporte de remuneração sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a setembro de 2018 e realizou em espécie no montante de R\$ 232.050.

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Entidade constituiu reserva legal no montante de R\$ 13.433 (2017 - R\$ 14.285).

c) Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Entidade, estando limitada a 10% do seu capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 83.226 (2017 - R\$ 21.087), sendo, R\$ 74.903 (2017 - R\$ 18.978) para equalização de dividendos e R\$ 8.323 (2017 - R\$ 2.109) para reforço de capital de giro.

d) Reservas especiais de lucros

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/76, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi constituída reserva especial de lucro (2017 - R\$ 192.488).

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JUCP)

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em 27 de dezembro de 2018 foram deliberados e pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 140.000, sendo, R\$ 43.000 de lucros acumulados de 2018 e R\$ 97.000 de reserva estatutária - equalização de dividendos.

Em 30 de dezembro de 2018 foram deliberados e pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 129.000 de juros acumulados de 2018.

Em 1º de fevereiro de 2018 foram deliberados e pagos dividendos no montante de R\$ 208.312, sendo, R\$ 25.824 de reserva estatutária - equalização de dividendos e R\$ 182.488 de reservas especiais de lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi constituída provisão de dividendos de R\$ 67.858. Estes dividendos foram pagos em 1º de fevereiro de 2018.

Em 27 de julho de 2017, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio, líquido de impostos, no valor de R\$ 127.500, ao Citibank N.A. deliberado em dezembro de 2016.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de assistência médica.

19 Receitas de prestação de serviços

Table showing 'Receitas de prestação de serviços' with columns for '2º Semestre 2018', '2018', and 'Exercícios 2017' and rows for 'Receitas de serviços de custódia', 'Receitas de comissão de mediação de negócios', 'Receitas de serviços prestados a ligadas', 'Receitas de garantias prestadas', and 'Outras'.

20 Outras despesas administrativas

Table showing 'Despesas de serviços do sistema financeiro', 'Despesas de água, energia e gás', 'Despesas com cartório', 'Despesas de serviços técnicos especializados', 'Despesas de serviços de segurança e vigilância', 'Despesas de comunicação', 'Despesas de serviços de terceiros', 'Despesas de propaganda e publicidade', 'Despesas de viagens', 'Despesas de amortização e depreciação', 'Outras', and 'Total' with columns for '2º Semestre 2018', '2018', and 'Exercícios 2017'.

21 Outras receitas/(despesas) operacionais

Table showing 'Receitas' with columns for '2º Semestre 2018', '2018', and 'Exercícios 2017' and rows for 'Receita de atualização de depósitos judiciais', 'Reversão de provisões de contingências (nota 17.b)', 'Receita na remuneração com pagamento baseado em ações', 'Reversão de provisões operacionais', 'Outras receitas operacionais', 'Despesas de provisões operacionais', 'Despesa com atualização de contingências (nota 17.b)', 'Despesa com provisão de contingências (nota 17.b)', 'Despesas de serviços prestados por ligadas', 'Outras despesas operacionais', and 'Total'.

22 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

Table showing 'Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações', 'Resultado antes da tributação sobre o lucro', 'Diferenças temporárias', 'Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos', 'Provisão para créditos de liquidação duvidosa', 'Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas', 'Provisão para bônus, gratificações e PLR', 'Provisão para outros pagamentos', 'Diferenças permanentes', 'Outras despesas não dedutíveis', 'Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa', 'Compensação de base negativa e prejuízo fiscal', 'Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social', 'Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda', 'Alíquota de 20% para contribuição social', 'Provisão para imposto de renda e contribuição social', 'Base tributável diferida', 'Movimentação da provisão diferida para imposto de renda', 'Movimentação da provisão diferida para contribuição social', 'Movimento majoração da alíquota de CSLL 5%', 'Constituição de IRPJ diferido de anos anteriores', 'Constituição de CSLL diferido de anos anteriores', 'Total da provisão diferida', 'Total do imposto de renda e da contribuição social', and '23) Transações com partes relacionadas'.

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Table showing 'Ativo/passivo' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Disponibilidades', 'Aplicações interfinanceiras de liquidez', 'Relações interfinanceiras', 'Outros créditos', 'Relações interdependências', 'Obrigações por repasses do exterior', 'Instrumentos financeiros derivativos', 'Outras obrigações', and 'Receita/(despesa)'.

Resultado de operações de câmbio

Receitas de prestação de serviços

Resultado de operações de empréstimos e repasses

Outras despesas administrativas

Outras receitas operacionais

Outras despesas operacionais

Outras receitas não operacionais

(1) Banco Citibank S.A.; Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio Titulos e Valores Mobiliários S.A.; Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Citigroup Global Markets Assessoria Ltda.; Citi Bank Technology Inc.; Citigroup Technology Inc.; Citibank Europe PLC; Citibank N.A. International Banking Facility; Citibank N.A. IBF LATAM; Citigroup Global Markets Deutschland AG; Citibank Behar; Citibank N.A. Argentina; Citibank Japan Ltd.; Citibank N.A. Canada.

24 Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

i. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.

Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

ii. Plano de assistência à saúde para aposentados

O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.

De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

Table showing 'Valor justo dos ativos do plano' and 'Valor presente das obrigações atuariais' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Valor total do passivo atuarial' and 'Durante os exercícios em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram contribuições somente o juros da operação'.

A política de concessão do benefício de assistência médica para aposentados é distinta entre os empregados da Entidade, tendo como base para definição de elegibilidade ao benefício a data de admissão, a idade e o tempo de serviço na aposentadoria.

Os padrões de cobertura e o custo assumido pelos aposentados variam em função das condições de elegibilidade acima descritas.

Outras hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas definidas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/(receita) para o exercício subsequente. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Table showing 'Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial' with columns for '2018' and '2017' and rows for 'Moeda funcional', 'Critério para apuração dos ativos', 'Taxa de desconto da obrigação atuarial', 'Crescimento benefício previdenciário', 'Reajuste do benefício do plano', 'Crescimento salarial médio', 'Taxa anual de inflação a longo prazo', 'Tábua de mortalidade geral', 'Tábua de entrada em invalidez', 'Tábua de mortalidade de inválidos', 'Rotatividade', 'Seguro de vida', 'Crescimento dos custos médicos', 'Percentual de aumento do custo médio por faixa etária', 'Taxa de permanência do plano de saúde', and 'Composição familiar'.

iii. Taxa para desconto da obrigação atuarial

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura das obrigações pós-emprego.

A Entidade oferece um seguro de vida para todos os atuais aposentados que também participam do plano de assistência médica e os empregados que tinham 20 anos de serviço e 45 anos de idade em 15 de outubro de 2002. Para fins dos cálculos atuariais o cálculo do plano de saúde contempla os valores associados com o plano de seguro de vida.

25 Outras informações

a) Como parte de suas atividades normais, a Entidade assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes que totalizam R\$ 21.583 (2017 - R\$ 21.926). Os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritos na nota 3.f.

b) O saldo de relações interfinanceiras refere-se, basicamente, a serviços bancários diversos contratados, executados pela Entidade no valor de R\$ 1.103.230 (2017 - R\$ 1.252.924), conforme nota 23.a.

c) Os ativos não-financeiros foram reversados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d) A Entidade opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 15,85% (2017 - 15,94%). Esse índice, conforme facultada a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

e) O resultado não operacional é composto basicamente do ganho na venda do investimento da Tecban, de R\$ 4.647 (2017 - R\$ 11.582) e de receita de aluguel de R\$ 41.759 (2017 - R\$ 32.370).

Continuação

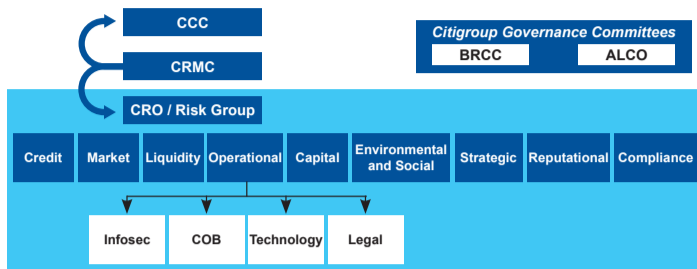
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

26. Gerenciamento integrado de riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução nº 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



- Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.
- Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.
- Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

26.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabeleça a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

- De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:
- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
 - avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
 - avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 14 vezes no período de 1º de janeiro de 2018 à 18 de março de 2019, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operational Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação,

- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o exercício

26.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de risco socioambiental. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

26.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

A Diretoria

Camilla Cruz Oliveira de Souza
CRC: 1SP256989/O-0

de 2018, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 18 de março de 2019, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes (ii) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, (iii) dos assuntos de destaque do exercício e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 18 de março de 2019.
Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da

Citibank N.A. - Filial Brasileira

São Paulo - SP



Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Investimento Social Citi Brasil 2018

O Citi promove o impacto positivo para a população de baixa renda por meio do apoio a projetos em finanças inclusivas, oportunidades econômicas para jovens e cidades sustentáveis.

Citi Foundation

